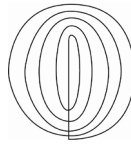


# ARGUMENTOS TRANCENDENTAIS

EDIÇÃO DE 2014 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2014 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Argumentos Trancendentais  
Copyright © 2014 do autor  
Roberto Horácio Pereira

Todos os direitos reservados

### **Resumo**

Quando pesquisamos nos principais compêndios da história da filosofia contemporânea, encontraremos, via de regra, a seguinte definição para o binômio “argumentos transcendentais”: eles seriam estratégias dialéticas *sui generis* de inspiração kantiana que buscariam refutar um ceticismo global. Entretanto, essa compreensão está muito longe de ser minimamente satisfatória. Apesar das muitas décadas transcorridas desde a abertura do debate, não parece um exagero dizer-se que ainda hoje pouco se sabe sobre o verdadeiro alvo de tais argumentos e muito menos sobre a sua estrutura e forma. Esse ensaio está dedicado à elucidação dos chamados “argumentos transcendentais”. Além do esclarecimento dos diferentes sentidos do binômio “argumento transcendental”, minha pretensão consiste em fornecer uma série de interpretações originais sobre a natureza de tais argumentos que, a meu juízo, passaram despercebidas ao longo dessas décadas.

### **Palavras-chave**

Ceticismo global, reducionismo, compromisso ontológico, argumento metafísico, Kant.

### **Abstract**

When we search the main textbooks in the history of contemporary philosophy, we find, as a rule, the following definition for the binomial “transcendental arguments”: they are *sui generis* dialectic strategies of Kantian inspiration aimed at refuting global skepticism. However, this understanding is very far from being minimally satisfactory. Despite the many decades which elapsed since the opening of the debate, it does not seem an exaggeration to complain that even today very little is known about real target of such arguments, let alone about their structure. This paper is devoted to the clarification of these so-called “Transcendental Arguments”. Besides clarifying the different senses of the binomial “transcendental argument”, I provide several original interpretations of features of such arguments that went unnoticed throughout these decades.

### **Keywords**

Global Skepticism, reductionism, ontological commitment, metaphysical argument, Kant.

# Argumentos Transcendentais

## 1 Introdução

A ideia de uma “Prova Transcendental” foi formulada pela primeira vez por Kant na *Doutrina Transcendental do Método da Crítica da Razão Pura*. Ali, buscando distinguir a metodologia própria à filosofia da *Mathesis universalis*, característica dos sistemas filosóficos da tradição racionalista de Leibniz e Wolff, Kant caracteriza o método peculiar de prova ou de argumentação própria à filosofia nos seguintes termos:

Mas é chamada de *princípio* (Grundsatz) e não *teorema* (Lehrsatz), embora possa ser demonstrada, por possuir uma propriedade especial de tornar possível seu próprio fundamento de prova (Beweisgrund), a saber, a experiência e nesta deve estar sempre pressuposta (Kant 1956: A737/B765).

Embora tal passagem seja obscura, o que Kant aí afirma se limita ao seguinte. Enquanto na filosofia dita dogmática proposições metafísicas seriam entendidas por analogia com como *teoremas* matemáticos, que se deixariam derivar de axiomas mediante intuições *a priori*, na Filosofia Crítica, proposições metafísicas seriam entendidas como *princípios*, ou seja, como proposições transcendentais que teriam um método peculiar de prova, a saber, a prova de que sem tais princípios não poderíamos entender como a experiência ou o conhecimento de objetos seriam possíveis. Nesses termos esclarece-se o próprio uso *sui generis* que Kant fazia do termo “transcendental”. Transcendentais não seriam para ele quaisquer proposições, cognições ou representações *a priori*, ou seja, cuja verdade seria independente da experiência, mas apenas aquelas proposições *a priori* que, antes de mais nada, tornariam possível a própria experiência ou o próprio conhecimento de objetos.

A *Dedução Transcendental*, no cerne da primeira *Crítica*, constitui o melhor exemplo da aplicação desse método peculiar de prova. Para alguém que suspeite da legitimidade das chamadas categorias ou conceitos puros do entendimento, trata-se aí de provar que, sem a aplicação de tais categorias ao que nos aparece (*erscheint*), no espaço e no tempo a experiência de objetos não seria possível (Kant 1956: A94/B126), ou seja, jamais seríamos capazes de conhecer o que apa-

*Publicado pela primeira vez em 2014*

rece no espaço e no tempo *como um objeto*, ou seja, como algo que existe mesmo quando não percebido.

Na filosofia contemporânea, a primeira menção ao binômio “argumento transcendental” encontra-se em Austin 1939 no bojo de um argumento destinado a provar que *se* não existissem classes de entidades distintas dos *sensa* não seria *possível* designar diferentes *sensa* por um nome comum. A inspiração kantiana consiste em fornecer uma resposta a uma pergunta da forma ‘Como é possível que *p*?’ mostrando que algo é indubitavelmente é verdadeiro. O mesmo binômio reaparece vinte anos mais tarde em Strawson 1959 como caracterização de uma estratégia argumentativa *sui generis*. Embora não haja nenhuma evidência textual, creio ser altamente improvável que Strawson não tenha tido Austin em mente ao reintroduzir tal binômio. Pretendia-se mostrar que a *negação* da existência de corpos só poderia ser formulada nos termos próprios a um determinado “esquema conceitual”, cujas condições de aplicação, no entanto, suporiam a verdade daquilo que estaria sendo negado. Strawson caracteriza essa forma peculiar de argumentação fazendo a seguinte advertência:

A forma deste argumento poderia dar margem a mal-entendidos. Não é que tenhamos, por um lado, um sistema conceptual que nos coloque diante do problema da identificação de coisas singulares, enquanto, por outro, existiriam, com efeito, objetos materiais de modo a tornar possível a solução de tais problemas. O problema existe apenas porque uma solução é possível. O mesmo é válido para todos os argumentos transcendentais. (Strawson 1959: 40)

Desde o célebre artigo crítico de Stroud (1968), tal estratégia dialética genérica passou a ser compreendida como um argumento peculiar de natureza epistemológica cujo propósito seria refutar (i) um cético global que colocasse sob suspeita a nossa pretensão usual de conhecer entidades materiais que existiriam mesmo quando não percebidas. Essa interpretação do propósito dos argumentos de Strawson foi facilitada pela associação desses argumentos com uma interpretação controversa (embora muito popular) da Dedução Transcendental da primeira Crítica. Segundo tal interpretação, aquele que suspeita da legitimidade das categorias seria um cético global que duvida que possamos conhecer objetos, ou seja, representar ou conhecer o que nos aparece como algo que existe mesmo quando não percebido.

Após suscitar um intenso debate por duas décadas, a ideia geral de que esses argumentos visavam a refutação do ceticismo foi sendo pouco a pouco abandonada. Strawson (1985), Stroud (1994, 1999), Stern (2000, 2007) e Bardon (2006), por exemplo, renunciaram à pretensão original de uma refutação do ceticismo global em prol de projetos epistemológicos menos ambiciosos. Em vez de pretender refutar o cético global, Strawson (1985: 21-24) sugere que os argumentos transcendentais concebidos à maneira de Stroud poderiam ao menos destacar importantes conexões conceituais no nosso esquema conceitual. Stroud (1994, 1999), por sua vez, acredita que argumentos transcendentais poderiam ao menos provar que a nossa crença na existência de um mundo exterior seria indispensável. Bardon (2006), por fim, sustenta que argumentos transcendentais poderiam ao menos provar a legitimidade das categorias de causa e substância. Como veremos na sequência, as principais razões do ocaso da argumentação transcendental concebida como uma refutação do ceticismo global já estavam contidas no artigo seminal de Stroud (1968). As objeções de Stroud ao argumento por ele mesmo concebido são tão engenhosas que, creio eu, ainda não foram totalmente compreendidas. Assim, a despeito dos poucos defensores do projeto original de Stroud, como Westphal (2003), não me parece exagero se afirmar que, depois de décadas, a concepção do argumento transcendental como uma refutação *sui generis* do ceticismo global conheceu seu ocaso. Segundo o diagnóstico de Bardon (2006: 26), por exemplo: “poucos ainda hoje acreditam que argumentos transcendentais possam produzir uma refutação direta do Ceticismo”.

Mas, afinal, o que é um “argumento transcendental”? Quando pesquisamos nos principais compêndios de história da filosofia contemporânea, encontramos, via de regra, a seguinte explicação: um argumento transcendental exemplificaria uma estratégia dialética *sui generis* de inspiração kantiana que visaria a refutar um ceticismo global. Entretanto, essa compreensão está muito longe de ser minimamente satisfatória. Neste ensaio, pretendo poder mostrar que existem pelo menos dois sentidos fundamentais de ‘argumento transcendental’. O primeiro e o mais importante é o proposto por Stroud em 1968: um argumento indireto *sui generis* de refutação de um ceticismo global (distinto da desqualificação verificacionista da dúvida cética como um desafio sem sentido ou das provas diretas

à maneira de Moore). Como observamos acima, o modelo aqui é a interpretação ao mesmo tempo controversa e popular da Dedução Transcendental como a prova de que conhecemos objetos, ou seja, que somos capazes de representar o que nos aparece como algo que pode existir despercebido. Essa interpretação é controversa uma vez que, como assinalamos acima, a dedução da legitimidade das categorias tem por fundamento de prova (*Beweisgrund*) a própria suposição de que *conhecemos* ou temos experiência de objetos, ou seja, prova-se a legitimidade das categorias partindo-se justamente da premissa de que conhecemos objetos.

O segundo sentido remonta a Austin (1939) e, principalmente, ao argumento que Strawson propõe em 1959. Como buscarei provar ao neste ensaio, o que estava em jogo para Strawson em 1959 não era o ceticismo, mas o reducionismo ontológico. Em outras palavras, o que Strawson tinha em mente em 1959 não era uma prova de que conhecemos objetos materiais permanentes, mas uma prova de que, em razão do nosso sistema de referência (*conceptual framework*) fundamental, estaríamos comprometidos com uma ontologia fundamental de objetos materiais permanentes.

Entretanto, essa acepção metafísica foi completamente ofuscada pela primeira. O modelo aqui é tanto a Refutação do “Idealismo problemático” de feitiço cartesiano quanto a própria Dedução Transcendental (quando corretamente entendida). Em primeiro lugar, o idealismo empírico é entendido por Kant como uma tese metafísica *sobre o que há*, e não como a tese epistemológica sobre o que podemos ou não podemos *conhecer*. Assim, refutar o idealismo é refutar o reducionismo segundo o qual existem apenas estados e eventos mentais e, portanto, objetos materiais nada mais seriam do que construções lógicas a partir de tais estados e eventos mentais. Mas a própria Dedução Transcendental também pode ser vista como um modelo. Ela parte da premissa que conhecemos (ou temos experiência de) objetos como entidades que existem despercebidas para justificar a legitimidade das categorias (Kant 1956: A94/B126). Assim, o que está em jogo na prova distintivamente “transcendental” não é a possibilidade do conhecimento de objetos, mas a redutibilidade da categoria de substância a categorias ontologicamente mais primitivas, como as impressões dos sentidos de Hume. Mas neste breve ensaio, por razões óbvias, não tenho como analisar os argumentos

de Kant. Pretendo apenas mostrar que, nessa acepção metafísica, os argumentos transcendentais de Strawson são imunes às objeções supostamente devastadoras de Stroud (1968).

Esse trabalho está concebido da seguinte forma. Em uma primeira seção, retomo as célebres críticas de Stroud a Strawson. Embora o texto seminal de Strawson tenha sido debatido e analisado na literatura *ad nauseam*, peço vênia ao leitor para retomar a discussão aqui. A minha razão é muito simples: acredito que as críticas de Stroud, e todo o debate que elas ensejaram, não foram, ainda hoje, adequadamente compreendidos. Se buscamos compreender os distintos sentidos do binômio, devemos inventariar tudo mais uma vez. Neste particular, acredito poder mostrar que a principal crítica de Stroud (implícita no seu artigo seminal) compromete a sua própria versão posterior, mais modesta, do que seria um argumento transcendental.

Em uma segunda seção, faço uma breve análise crítica da literatura mais recente que reformula o objetivo dos argumentos transcendentais *à maneira de Stroud* em termos epistêmicos mais modestos. Em uma terceira seção, retomo a formulação original de Strawson. É aqui que pretendo mostrar que existem ao menos dois sentidos para o binômio “argumento transcendental”. Enquanto na acepção de Stroud (1968) o objetivo era refutar o cético global, na acepção de Strawson o objetivo seria antes refutar o reducionismo ontológico que concebe entidades materiais como construções lógicas a partir de dados sensoriais ou de estados e eventos mentais. Em outras palavras, o objetivo de Strawson não era fornecer uma prova do nosso conhecimento da existência de corpos ou pessoas (ou seja, uma prova de que temos acesso cognitivo a uma realidade exterior a nossa própria consciência), mas antes uma prova de que estaríamos comprometidos ontologicamente com a existência de corpos como a categoria ontológica fundamental do nosso esquema conceitual.

Em razão dessa discrepância fundamental, em uma quarta e última breve seção, busco mostrar que os argumentos transcendentais originais de Strawson são imunes a todas as célebres críticas e objeções de Stroud (como acredito que também sejam os de Kant).

## 2 O argumento transcendental de Stroud

Stroud compreende o binômio “argumento transcendental” de Strawson como um argumento ao menos inspirado em Kant na medida em que tal argumento visaria “estabelecer o absurdo ou ilegitimidade de várias formas de ceticismo” (Stroud 1968: 245). Mas a questão premente é a seguinte: mesmo que Strawson descreva o seu adversário como um “cético” (provavelmente um cético global de inspiração humeana que duvida que saibamos que os objetos da nossa experiência continuam a existir mesmo quando não são percebidos), pergunta-se: seus argumentos foram realmente concebidos como provas do absurdo ou da ilegitimidade do ceticismo global? A mesma pergunta pode ser reolocada em relação a Kant: tanto a Dedução Transcendental quanto a Refutação do idealismo material são realmente argumentos que visam refutar o ceticismo global? A Dedução Transcendental é realmente uma prova de que conhecemos objetos ou parte dessa suposição? Qual é o verdadeiro escândalo da filosofia: que não podemos *conhecer* objetos materiais, ou que tenhamos que supor que objetos materiais se *reduzam* a construções lógicas a partir de impressões sensoriais?

Embora o binômio “argumento transcendental” tenha sido cunhado inicialmente por Austin (1939) e retomado por Strawson (1959), é indubitável que seu significado corrente tem origem com o artigo crítico de Stroud (1968). Sob o rótulo “argumento transcendental”, Stroud idealizou um argumento de proveniência kantiana contra o ceticismo global a partir do que Strawson (1959) descrevia de forma bastante sucinta: um argumento cuja forma lógica permanecem desconhecidas ainda hoje. Seu objetivo seria refutar o ceticismo global *indiretamente*, isto é, mostrando ao cético que a formulação de sua dúvida só poderia fazer sentido quando formulada em um determinado esquema conceitual cujas condições de aplicação justamente excluiriam tal dúvida e justificariam nossas pretensões de conhecimento de objetos.

Segundo Stroud (1968: 245), os argumentos transcendentais de Strawson buscariam demonstrar a seguinte tese metafísica:

- (6) Objetos existem continuamente mesmo quando não são percebidos.

Entretanto, o ponto de partida do argumento de Strawson seria um vago enunciado acerca de como pensamos o mundo que nos cerca:

- (1) Pensamos o mundo como contendo particulares objetivos em um único sistema espaço-temporal.

Mas se a verdade do que o cético nega ou coloca sob suspeita constitui uma condição necessária para que o desafio cético possa fazer sentido, Strawson teria que mostrar como a tese metafísica (6) pode ser inferida da tese (1), que parece ser por natureza epistemológica (Stroud 1968: 246). Stroud reconstrói o principal argumento de Strawson de (1) a (6) introduzindo as seguintes premissas condicionais:

- (2) Se pensamos o mundo como contendo particulares objetivos em um único sistema espaço-temporal, então deveríamos ser capazes de identificar e reidentificar particulares.

Entretanto, a identificação e reidentificação de particulares só seria possível

- (3) sob a suposição da existência de critérios de identificação e reidentificação de particulares como objetos que existem mesmo quando não são percebidos.

Mas se a verdade daquilo que o cético põe em dúvida – a saber, (6) –, deve ser considerada uma condição de possibilidade para pensarmos o mundo (1), haveria uma lacuna no principal argumento de Strawson.

De acordo com Stroud (1968: 246), “é claro que a verdade de (6) não se segue apenas de (1)-(3)”. Segundo Stroud, no melhor dos casos, o que o argumento de Strawson estabeleceria até aqui seria o seguinte: se o que cético afirma faz sentido, então deveríamos dispor de critérios com base nos quais poderíamos reidentificar um objeto que agora observamos como o mesmo que observáramos anteriormente (Stroud 1968: 246). Ora, mas isso não implica (6) [objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos] uma vez que todas as nossas reidentificações poderiam ser malsucedidas, mesmo quando feitas com base nos melhores critérios de que dispuséssemos.

Nesse particular, gostaria de chamar a atenção do leitor para algo que passou despercebido por 50 anos. O que está em questão na reconstrução do argumento de Strawson por Stroud não é realmente (6), mas sim o *conhecimento* de (6). Se todas as minhas reidentificações resultassem falsas, então seria igualmente falso que:

- (7) Eu *saberia* que objetos continuem a existir sem serem percebidos.

Isto se torna patente quando consideramos qual deveria ser o próximo passo do argumento de Strawson segundo a leitura de Stroud:

- (4) Se *soubéssemos* que os melhores critérios de que dispomos para a reidentificação de particulares estavam satisfeitos, então *saberíamos* que os objetos continuavam a existir despercebidos (Stroud 1968: 246; as ênfases em itálico são minhas).

Aqui enuncio uma das teses centrais deste ensaio: (7) nunca foi objetivo do argumento de Strawson, e tampouco da Dedução Transcendental e da Refutação do Idealismo de Kant. Com efeito, como observei na introdução, a Dedução Transcendental parte da premissa que possuímos conhecimento ou experiência de objetos (*Beweisgrund*) para então estabelecer a legitimidade das categorias. Da mesma forma, a conclusão (6) do argumento de Strawson é uma afirmação metafísica sobre a ontologia fundamental de nosso “esquema conceitual”, e não uma afirmação epistemológica sobre o que podemos ou não podemos conhecer. Seu verdadeiro ponto de partida não é a observação geral acerca de como concebemos o mundo, mas antes a suposição segundo a qual nosso quadro fundamental de referência consiste na existência de um único sistema global de relações espaço-temporais. Assim, não há lacuna alguma no principal argumento de Strawson. A lacuna é introduzida pelo próprio Stroud quando ele sutilmente reformula o objetivo do argumento original de Strawson como sendo (7). Mas o que levou Stroud a pensar que (7) seria a conclusão pretendida do argumento original de Strawson?

A meu juízo, Strawson foi o principal responsável por esse mal-entendido em virtude da caracterização equivocada do seu oponente como um “cético” que levanta suspeitas sobre a identidade de particulares (Strawson 1959: 35). Isso induz o leitor a interpretar erroneamente a tese metafísica (6) como uma elipse da tese epis-

temológica (7), sugerindo que o verdadeiro alvo do argumento de Strawson seria o ceticismo global. Ademais, essa caracterização ambígua do alvo do argumento também poderia induzir o leitor a uma leitura igualmente equivocada sobre o papel que os tais “critérios satisfatórios de reidentificação” teriam no argumento original de Strawson. Enquanto, no argumento de Strawson, a exigência de “critérios satisfatórios de reidentificação” seria uma condição necessária para a explicação metafísica da existência de um único sistema de referência espaço-temporal abrangente (Strawson 1959: 55), podemos ver claramente na premissa (4) que, na reconstrução proposta por Stroud, tais critérios desempenham o papel de constituir uma condição epistêmica para (7).

A reformulação epistêmica dos “critérios satisfatórios de reidentificação” de Strawson induz um novo mal-entendido, ainda mais danoso. Na medida em que Strawson, inadvertidamente, afirma que tais critérios seriam uma condição para o significado da própria dúvida cética (Strawson 1959: 34), Stroud passou a denominar os passos de (1) a (4) de “princípio de verificação” (Stroud 1968: 247). A ideia é que, se o desafio cético faz sentido, “então deveríamos ter critérios satisfatórios, com base no quais, pudéssemos reidentificar particulares” (Stroud 1968: 246); caso contrário, o desafio seria desprovido de sentido. Desde então, parte da literatura acusou Strawson de “ressuscitar” os velhos argumentos verificacionistas vienenses (Rorty 1971, Hacker 1972).

No entanto, a acusação de Strawson resume-se ao seguinte: se o “cético” indaga se dois particulares qualitativamente idênticos que ocupam o mesmo lugar são numericamente idênticos, então ele deve supor a existência de um único sistema espaço-temporal de referência; caso contrário, a sua pergunta não faria sentido. Ora, não há nada nessa alegação que sugira, ainda que remotamente, que Strawson estaria desqualificando o ceticismo global como um desafio sem sentido à maneira vienense.

Mas nem mesmo Stroud parece acreditar que o argumento de Strawson seja uma reedição da crítica vienense ao ceticismo global. Creio que a melhor maneira de entendermos o que Stroud tem em mente com a acusação de “verificacionismo” é compreender tal verificacionismo como uma forma de idealismo transcendental. Essa é a sugestão de Bennett no seu artigo de 1979, mais tarde adotada pelo

próprio Stroud (1984), no capítulo dedicado a Kant. De acordo com Kant, a existência de objetos *fora e independentes de nós* deve ser entendida de duas maneiras: ou como algo que aparece *em um determinado espaço fora e independentemente de nós* (sentido empírico), ou como algo que existe em si mesmo, ou seja, algo que pode ser pensado independentemente do nosso aparato cognitivo (sentido transcendental).

Assim entendido, o “verificacionismo” que Stroud atribui a Strawson resume-se à suposição de que a satisfação dos nossos melhores critérios para a reidentificação de particulares permitir-nos-ia, no máximo, conhecer a existência de objetos em sentido empírico, ou seja, como entidades em algum lugar determinado do espaço e no tempo fora de nós, ou seja, fora das nossas próprias mentes. No entanto, ao sugerir (nos conhecidos cenários céticos) que a nossa crença na existência de corpos fora de nós seria subdeterminada por qualquer experiência que pudéssemos ter, o cético global estaria nos desafiando a provar que temos conhecimento da existência de objetos em sentido transcendental. Assim, parece haver de fato um hiato entre o que o ceticismo global exige como prova (a prova de que temos acesso epistêmico à realidade tal como ela é em si) e o que o argumento de Strawson pode fornecer como resposta (a prova de que temos conhecimento da realidade em um sentido empírico).

Aqui antecipo uma das minhas teses próprias deste ensaio. A distinção transcendental entre o objeto tal como nos aparece e o objeto tal como ele é em si é inteiramente irrelevante para o argumento original de Strawson. O que está em jogo nessa distinção de Kant é o acesso cognitivo à realidade. De acordo com sua *Crítica*, não temos acesso cognitivo à realidade em si mesma, apenas à realidade tal como é representada por nosso aparato cognitivo. Em contrapartida, o que está em jogo no argumento de Strawson é (6), ou seja, se estamos ontologicamente comprometidos com a existência de objetos materiais pela pressuposição da existência de um único sistema de referência espaço-temporal abrangente, ou se podemos conceber corpos como construções lógicas a partir de dados sensoriais. Uma vez mais, não há lacuna alguma no argumento de Strawson. O hiato é introduzido pelo próprio Stroud quando reformula o objetivo do argumento nos termos de (7). Voltarei a esse ponto em minha exposição pormenorizada do argumento original de Strawson.

### 3 Argumentos transcendentais e fechamento epistêmico

Além da lacuna epistemológica, o argumento transcendental (tal como concebido por Stroud) fracassaria por outro motivo crucial. De acordo com Stroud, a conclusão do argumento (6) teria uma forma categórica: (sabemos que) alguns objetos continuam a existir sem serem percebidos. No entanto, o princípio de verificação de Strawson [o desdobramento de (1) a (4)] se resumiria a um mero condicional: *se* pensarmos o mundo contendo particulares objetivos em um único sistema espaço-temporal, *então* deve ser possível sabermos se os objetos continuam a existir despercebidos com base nos nossos melhores critérios para a reidentificação de particulares (Stroud 1968: 246). Portanto, para alcançar a sua conclusão categórica, o condicional no argumento de Strawson requereria uma premissa factual que instanciasse seu antecedente e, por *modus ponens*, possibilitasse a conclusão categórica (6). De acordo com Stroud, essa premissa factual teria então a seguinte forma:

- (5) Sabemos às vezes que os melhores critérios de que dispomos para o reidentificação de particulares estão satisfeitos (Stroud 1968: 247).

De acordo com Stroud, aqui o proponente do argumento transcendental enfrenta um dilema. Por um lado, sem a premissa factual (5), que instancia o antecedente do condicional [(1)-(4), o princípio de verificação], o argumento não poderia alcançar sua conclusão categórica (6), revelando-se impotente frente ao desafio cético. Por outro lado, com a premissa (5) à mão, não haveria mais necessidade de uma prova transcendental no sentido de um argumento *indireto* segundo o qual a dúvida cética seria formulada em um determinado esquema conceitual cujas condições de aplicação nos permitem descartá-la. Agora, a resposta ao desafio cético global seria *direta* e empírica: quando soubermos que nossos melhores critérios para a reidentificação de particulares como entidades materiais, que existem mesmo quando não percebidas, foram satisfeitos, então saberemos se (6) é verdadeira [conclusão (7)] (Stroud 1968: 247). Obviamente, o dilema de Stroud é apenas retórico, já que nenhum argumento empírico direto jamais teria sucesso contra o ceticismo global. A ideia de Stroud é simplesmente destacar a debilidade do próprio conceito de

argumento transcendental (tal como ele próprio o concebe a partir da sua crítica a Strawson): ele não estaria em melhor situação que os argumentos diretos à maneira de Moore.

Aqui enuncio uma segunda tese original deste ensaio. Supondo que o argumento transcendental seja endereçado a um cético global de procedência cartesiana, há uma objeção ainda mais devastadora. Stroud nunca a formulou explicitamente, mas ela me parece ao menos implícita em seu artigo seminal de 1968. Vamos supor que o argumento de Strawson de (1)-(6) se reduza à aplicação da regra elementar *modus ponens*, instanciando o antecedente do condicional em questão (1)-(4) por meio da premissa factual (5). Ora, essa expansão epistêmica só funcionaria sob a suposição de um dos princípios fundamentais da lógica epistêmica, a saber, o princípio do fechamento epistêmico por implicações conhecidas: o conhecimento é fechado por implicações conhecidas. Há inúmeras versões e formulações desse princípio. Limito-me aqui à formulação mais simples e menos controversa:

(PF) Se S sabe que  $p$ , e vem a acreditar em  $q$  mediante uma inferência correta de  $q$  a partir da sua crença prévia em  $p$ , então S sabe que  $q$ .

No caso em tela, a aplicação de PF resulta no seguinte. Se sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos, e venho a acreditar que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos deduzindo tal crença do meu conhecimento prévio, então sei que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos. Ademais, (5) sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos. Então estou autorizado a concluir que (7) sei que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos.

Entretanto, com base no mesmo princípio do fechamento epistêmico, o cético global de proveniência cartesiana poderia por sob suspeita que eu saiba que os melhores critérios disponíveis estão satisfeitos ao rejeitar a conclusão epistêmica (7). A réplica cética seria simples. Uma vez que tenhamos aceitado o princípio de fechamento epistêmico, o que é *modus ponens* para o filósofo transcendental seria *modus tollens* para o cético. Assim, este poderia rejeitar em (PF) a conclusão: que ele sabe que  $q$ , aplicando a regra *modus tollens* ao

condicional contido em (PF), rejeitando, por conseguinte, um dos conjuntos na conjunção do antecedente de (PF) (eu sei que  $p$ ). Ironicamente, aqui o proponente de um argumento transcendental (com a motivação epistemológica que lhe atribui Stroud) ver-se-ia às voltas com uma antiga ambição do ceticismo, a de alcançar a equipolência pirrônica: as razões que favorecem a conclusão anti-cética (7) têm o mesmo peso que as razões contra (1).

A minha tese aqui é que essa objeção é absolutamente devastadora para qualquer concepção epistemológica da argumentação transcendental. Ela não apenas inviabiliza o argumento transcendental à maneira de Stroud, como também, como demonstrarei na próxima seção, suas versões mais “modestas”. Aqui, a estratégia transcendental (no sentido de Stroud) vê-se às voltas com um dilema real insolúvel. Por um lado, o proponente do argumento transcendental à maneira Stroud tem que aceitar PF, caso contrário seria impossível para ele inferir a conclusão (7) das demais premissas anteriores. Mas, nesse caso, ele tem que conceder ao cético o *modus tollens* e o seu argumento torna-se inteiramente inconclusivo. Se, por outro lado, o proponente da argumentação transcendental à maneira de Stroud rejeita o princípio do fechamento epistêmico pelas implicações conhecidas, como muitos epistemólogos contemporâneos (Dretske 1971; Nozick 1981), o desafio cético sequer pode ser formulado e o argumento transcendental revela-se inteiramente supérfluo.

#### 4 Argumentos transcendentais modestos

Strawson concede a Stroud que os argumentos transcendentais (no sentido que lhes atribui o próprio Stroud) enfrentam um dilema. Nas suas próprias palavras:

Ou esses argumentos, em sua segunda forma, nada mais são do que reelaborações supérfluas do simples princípio de verificação, ou, no máximo, tais argumentos podem estabelecer que, para a formulação inteligível de dúvidas céticas ser possível ou, em geral, para que a experiência autoconsciente seja possível, devemos aceitar, ou *acreditar*, que temos conhecimento de, digamos, objetos físicos exteriores ou de outras mentes; mas isso está aquém de estabelecer que essas crenças são, ou devem ser, verdadeiras. (Strawson 1985: 9)

Se a primeira alternativa do dilema é inaceitável para Strawson, entretanto a segunda parece-lhe atraente. Argumentos transcendentais à *maneira de Stroud* não teriam como provar que a aplicação dos nossos melhores critérios para a reidentificação conduz-nos ao conhecimento da existência de corpos. No entanto, eles mostrariam ao cético o seguinte:

(8) *Tenho que acreditar que conheço a existência de objetos materiais.*

O cético global teria que acreditar que conhece corpos, na medida em que formula suas dúvidas e essas exigem o uso dos tais critérios de reidentificação (ou na medida em que elas pressupõem a auto-atribuição de experiências). Por conseguinte, o que importaria para um argumento transcendental à maneira de Stroud não seria refutar o ceticismo global, mas antes “demonstrar algo sobre o uso e conexão de nossos conceitos” (Strawson 1985: 9). “Um argumento transcendental, assim reconsiderado, enuncia que um tipo de exercício de capacidade conceitual é uma condição necessária de outra” (Strawson 1985: 22).

Na mesma linha de raciocínio, anos mais tarde, Stroud (1994, 1999) também viria a sugerir uma concepção de argumento transcendental igualmente “modesta”. Enquanto o argumento transcendental modesto de Strawson buscava apenas mostrar que temos que acreditar que conhecemos a existência de um mundo exterior como uma condição necessária para pensarmos o mundo que nos cerca, de forma similar o objetivo do argumento transcendental “modesto” de Stroud seria mostrar a indispensabilidade da própria crença na existência do mundo exterior:

(9) *Tenho que acreditar na existência do mundo exterior.*

Como o argumento modesto de Strawson, o argumento modesto de Stroud não almeja mais uma refutação do ceticismo global de proveniência cartesiana. A ideia, de clara inspiração humeana, é mostrar que a própria crença na existência do mundo exterior é de algum modo necessária ou inevitável. Assim, se é impossível refutar um ceticismo global de procedência cartesiana, o argumento transcendental modesto demonstraria que é, pelo menos, legítimo ignorarmos o desafio cético.

A clara vantagem de novos argumentos transcendentais modestos de Strawson e de Stroud é, em primeiro lugar, evitar a objeção de “verificacionismo” dirigida ao argumento original. Tudo que esses argumentos procuram mostrar é ou (8) que *devemos acreditar que conhecemos* o mundo exterior ou, alternativamente, (9) que *devemos acreditar na existência* do mundo exterior. Ademais, não há mais hiato algum a ser fechado entre as premissas e a conclusão do argumento.

Entretanto, mostrar a necessidade da crença (Stroud) ou do conhecimento da crença (Strawson) no mundo exterior está longe de fornecer uma resposta inteiramente satisfatória ao desafio cético (conferir Stern 2000: 48).

Entretanto, a dificuldade insolúvel advém, mais uma vez, do princípio do fechamento epistêmico pelas implicações conhecidas. Para inferir epistemicamente (8) ou (9) das demais premissas do argumento, o proponente do argumento precisa apoiar-se em PF. Se sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos, e venho a acreditar que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos por deduzir tal crença do meu conhecimento prévio, então (8) *sei que acredito* (Strawson) ou (9) *simplesmente acredito* (Stroud) que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos. Ademais, (5) sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos. Então é lícito concluirmos ou (8) que sei acredito ou (9) que simplesmente acredito que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos.

Mas, mais uma vez, o que é *modus ponens* para o proponente do argumento transcendental modesto é *modus tollens* para o cético global. Para negar a imprescindibilidade da crença no (ou da crença no conhecimento do) mundo exterior, basta ao cético global aplicar a simples regra *modus tollens* ao condicional, negando ter como saber que os melhores critérios de reidentificação estão satisfeitos.

## 5 O ofuscado argumento transcendental de Strawson

A meu juízo, toda a literatura recente reformulando o objetivo do argumento transcendental à maneira de Stroud em termos epistemologicamente mais modestos contribuiu em muito para ofuscar ainda

mais os objetivos ontológicos dos argumentos originais de Strawson e de Kant. Como eu adiantei na introdução, o argumento original de Strawson não foi concebido como um argumento epistemológico cujo alvo seria refutar um ceticismo global, fosse de proveniência cartesiana ou humeana, e sim um argumento metafísico em favor de uma ontologia fundamental de objetos materiais. As provas transcendentais, tanto de Strawson quanto de Kant, visariam mostrar que os nossos conceitos em termos dos quais pensamos em objetos materiais (conceitos como substância e causalidade) seriam ontologicamente irreduzíveis a construções lógicas a partir de dados sensoriais (no caso de Strawson) ou de estados e eventos mentais (no caso de Kant).

Dito isso, precisamos esclarecer em que consiste a distinção fundamental entre os projetos epistemológico e ontológico envolvidos. A noção crucial aqui é o conceito de compromisso ontológico de Quine:

Uma teoria está comprometida com aquelas e apenas aquelas entidades às quais as variáveis ligadas da teoria devem ser capazes de referir-se para que as afirmações feitas na teoria sejam verdadeiras. (Quine 1948: 13-14)

A doutrina do compromisso ontológico de Quine é central para o projeto de uma ontologia. Em primeiro lugar, cabe determinar que teorias melhor se adequariam a nossas observações empíricas. Em seguida, cabe determinar que objetos seriam requeridos para que afirmações no interior das nossas teorias resultassem verdadeiras.

O objetivo do argumento original de Strawson em 1959 era justamente mostrar que estaríamos ontologicamente comprometidos com a existência de objetos materiais, e não com entidades dependentes da mente em razão de nossa teoria física global da realidade. O oponente de Strawson é um reducionista empirista (um metafísico revisionista) segundo o qual os objetos materiais seriam uma construção lógica a partir de dados dos sentidos qualitativamente idênticos localizados no mesmo lugar. Assim, segundo o reducionista, dada nossa teoria física global, estaríamos comprometidos ontologicamente apenas com impressões sensoriais, uma vez que esses seriam os únicos valores das variáveis ligadas de que precisamos para que afirmações feitas na nossa teoria resultassem verdadeiras.

Desde o empirismo de Hume ao positivismo lógico de Carnap, há várias sugestões interessantes nesse sentido. Não posso considerar essas sugestões em detalhes por razões óbvias de espaço. Limito-me à própria descrição de Strawson:

Mas, realmente, tudo que temos, no caso de observação descontínua, são diferentes tipos de identidade qualitativa. Se quisermos dizer algo além disso, ao falar de identidade nos casos de observação descontínua, então não podemos ter certeza da identidade; se podemos ter a certeza da identidade, então não podemos querer dizer mais do que isso. (Strawson 1959: 34)

Como Stroud corretamente assinalou, o ponto de partida de Strawson é uma descrição metafísica das principais características do nosso esquema conceitual (ou da nossa teoria física global da realidade, nos termos de Quine):

(1') Pensamos no mundo como contendo particulares objetivos.

Quando pensamos no mundo como contendo particulares objetivos, as afirmações no interior dessa nossa visão de mundo não poderiam resultar verdadeiras, a menos que aceitássemos, em primeiro lugar, que éramos capazes de referir-mo-nos a particulares como indivíduos pertencentes a um certo tipo e, em segundo, a menos que fôssemos capazes de identificá-los de forma inequívoca como os objetos de nossa referência.

Assim, alcançamos a segunda premissa do argumento original de Strawson:

(2') Se somos capazes de pensar o mundo como contendo particulares objetivos, então somos capazes de identificar (referir) particulares objetivos.

Agora, as referências identificadoras diretas desempenham um papel fundamental em nosso quadro de referência fundamental: é por meio do emprego de dêicticos, mediante percepção espaço-temporal, que nos tornamos capazes de reportar descrições definidas e nomes próprios a seus respectivos objetos de forma inequívoca (o que Strawson chama de identificação contextual). Mas isso pressupõe, por sua vez, a existência de descrições espaço-temporais para cada objeto presente em nosso campo perceptual. Em outras

palavras, toda identificação contextual repousa sobre a possibilidade de identificações diretas espaço-temporais.

Esta deve ser, então a terceira premissa do argumento:

- (3') Toda identificação contextual repousa sobre a possibilidade de uma identificação direta espaço-temporal por meio de dêiticos.

Tais descrições espaço-temporais (“o objeto que se encontra em tal e tal lugar”) seriam impossíveis caso não houvesse um único sistema espaço-temporal no qual cada particular estaria relacionado com todos demais. Assim, chegamos à quarta premissa do argumento de Strawson:

- (4') Se toda identificação contextual repousa sobre a possibilidade de identificações diretas espaço-temporais por meio de dêiticos, então temos de supor a existência de um único sistema de relações espaço-temporais.

Assim, a existência de um sistema único espaço-temporal, em que cada particular está em relação com todos os demais, é a teoria da realidade que é compartilhada por Strawson e seu oponente reducionista. Portanto, nossa questão fundamental agora é a seguinte: com que entidades estamos ontologicamente comprometidos pelo pressuposto compartilhado da existência de um único sistema de relações espaço-temporais? Em outras palavras, que entidades devemos supor afim de que as afirmações feitas em nossa teoria possam resultar verdadeiras?

Ora, o que caracteriza tal sistema é a correlação de todos os lugares e tempos em um único sistema abrangente. A existência de um único quadro espaço-temporal de referência pressupõe então que alguns de seus elementos, localizados em sistemas espaço-temporais parciais desconexos, sejam elementos numericamente idênticos, e que possam ser reidentificados como objetos materiais que continuariam a existir mesmo quando não são percebidos. Se não houvesse a possibilidade de reidentificar elementos (particulares) como objetos materiais independentes da mente existentes mesmo quando não são percebidos, teríamos em cada percepção um novo sistema parcial de relações espaço-temporais, sem qualquer conexão com os demais sistemas de relações espaço-temporais (Strawson 1959: 38).

E essa deve ser a quinta e última premissa do argumento:

(5') Se há um único sistema de relações espaço-temporal, então existem particulares que continuam a existir sem serem percebidos.

Agora supondo que existe um único sistema de relações espaço-temporais em razão da própria formulação do problema, obtemos a premissa factual:

(5'') É um fato que existe um único sistema de relações espaço-temporais.

Agora, aplicando *modus ponens* a (5') e (5''), chegamos à conclusão:

(6) Alguns particulares são objetos que continuam a existir sem serem percebidos.

Portanto, em razão de nossa própria visão de mundo inicial (1'), estaríamos ontologicamente comprometidos com a existência de corpos, ou seja, nossas orações sobre particulares no seio da nossa visão de mundo só resultariam verdadeiras caso pressupuséssemos que seus termos singulares se referem a objetos materiais que existem mesmo quando despercebidos. Como, para Quine, termos singulares são elimináveis em favor ou variáveis ligadas a quantificadores (ou seja, em favor de descrições definidas – convertendo, assim, sistematicamente, toda proposição singular em uma proposição quantificada existencialmente) podemos dizer, alternativamente, que nossas orações só resultariam verdadeiras no seio da nossa teoria global da realidade caso supuséssemos que objetos materiais seriam os valores das variáveis ligadas dessas mesmas orações. Em outras palavras, se supomos (1'), devemos quantificar sobre objetos materiais.

## 6 O argumento transcendental original de Strawson à luz das críticas de Stroud

Devemos agora reconsiderar o metafísico revisionista que desafia a conclusão (6), ou seja, que nega a existência de objetos materiais, alegando que eles nada mais são do que construções lógicas a partir de dados sensoriais qualitativamente idênticos localizados no mesmo lugar. O argumento original de Strawson tem a forma clássica

de uma *reductio*. Por um lado, o reducionista assume a existência de particulares qualitativamente idênticos, localizados no mesmo espaço, mas observados de forma descontínua, negando, no entanto, que eles pudessem ser tomados como numericamente idênticos, ou seja, como corpos que continuariam a existir mesmo quando não são percebidos. Ora, essa pergunta só pode ser formulada sob a suposição metafísica da existência de um único sistema abrangente de relações espaço-temporais. No entanto, a condição necessária para a existência de tal sistema é justamente o que o reducionista nega: a suposição metafísica fundamental (6) segundo a qual alguns particulares são objetos materiais que continuam a existir sem serem percebidos.

Se essa descrição do argumento original de Strawson estiver correta, todas as críticas de Stroud, por mais engenhosas que tenham sido, não mais se sustentam. Em primeiro lugar, como já salientei e reitero, como o que está em jogo é uma prova em favor de uma ontologia fundamental de corpos, há uma inadequação na caracterização da conclusão dos argumentos de Strawson nos termos de (7). O objetivo do argumento de Strawson é (6) em vez de (7). A razão para isso já é conhecida: o argumento de Strawson não visa refutar um cético global, que nos desafia a provar que conhecemos a existência de coisas materiais, mas sim um reducionista que afirma que os corpos nada são além de construções lógicas a partir de dados sensoriais qualitativamente idênticos.

Assim, (I) não há hiato algum entre as supostas premissas epistemológicas do argumento de Strawson e sua conclusão ontológica (6). Todas as premissas de (1') a (5') são metafísicas, assim como a conclusão (6). (II) Como o problema em torno do qual se desenvolve o argumento não é o problema epistemológico do acesso cognitivo, o argumento original de Strawson não pressupõe nenhuma forma de "verificacionismo" ou de "idealismo transcendental." (III) Não há nenhuma incongruência entre a forma categórica da conclusão (6), quando obtida pelo condicional (5') e a proposição factual (5'') pressuposta pela colocação do problema: mediante a aplicação de *modus ponens* a (5') e (5'') podemos logicamente alcançar a conclusão categórica pretendida.

Ademais, (IV) como o argumento contra o reducionismo que não é articulado em termos de premissas epistemológicas, o princípio do fechamento epistêmico por implicações conhecidas PF não é pres-

suposto. No seu curso do argumento transcendental à maneira de Stroud, tanto as premissas quanto a conclusão são epistêmicas. Recordemos: se sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos, e venho a acreditar que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos deduzindo tal crença do meu conhecimento prévio, então sei que objetos continuam a existir mesmo quando não são percebidos. Ademais, (5) sei que os melhores critérios disponíveis para a reidentificação de objetos estão satisfeitos. Então é lícito que eu conclua que (7) sei que objetos continuariam a existir mesmo quando não fossem percebidos.

Entretanto, o argumento original de Strawson não é formulado em primeira pessoa nem contém qualquer premissa epistemológica. Considere-se (5'): Se há um único sistema de relações espaço-temporal, então existem particulares que continuam a existir sem serem percebidos. Ademais, (5'') é fato que há um único sistema de relações espaço-temporal (como condição para suspeitarmos que o particular que agora observamos em um determinado lugar é ou não idêntico a outro observado no mesmo lugar). *Ergo* (6) alguns particulares existem mesmo quando não são percebidos. Portanto, não há *modus tollens* para o reducionista que pudesse opor-se como equipolente ao *modus ponens* de Strawson.

Roberto Horácio Pereira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Referências

- Austin, J.L. 1939. Are There A Priori Concepts? *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 18: 83-105.
- Bardon, A. 2006. The Aristotelian Prescription: Skepticism, Retortion, and Transcendental Arguments. *International Philosophical Quarterly* 46 (3): 263-276.
- Brueckner, A. 1996. Modest transcendental arguments. *Philosophical Perspectives* 10: 265-80.
- Cassam, Q. 1999. Self-directed transcendental arguments. In *Transcendental arguments: Problems and prospects*, ed. by R. Stern. Oxford: Oxford University Press.
- Bennett, J. 1966. *Kant's Analytic*. New York: Cambridge University Press.
- Bennett, J. 1979. Analytic transcendental arguments. In *Transcendental arguments and science: Essays in epistemology*, ed. by P. Bieri, R-P. Horstmann & L. Krüger. Dordrecht: Reidel.
- Dretske, F. 1971. Conclusive Reasons. *Australasian Journal of Philosophy*. 49 (1): 1-22.

- Glock, H.-J. 2003. Strawson and analytic Kantianism. In *Strawson and Kant*, ed. by H.-J. Glock. Oxford: Oxford University Press.
- Hacker, P. 1972. Are Transcendental Arguments a Version of Verificationism? *American Philosophical Quarterly* 9 (1): 78-85.
- Hookway, C. 1999. Modest sceptical arguments and sceptical doubts: A reply to Stroud. In *Transcendental arguments: Problems and prospects*, ed. by R. Stern. Oxford: Oxford University Press.
- Kant, I. 1902. *Nova Dilucidatio*. Ak. 1: 385-416. Gesammelte Schriften. Berlin: Preussische Akademie der Wissenschaft.
- Kant, I. 1956. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Felix Meiner.
- Nozick, R. 1981. *Philosophical Investigations*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Quine, W. V. 1948. On what there is. Reprinted in *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953.
- Rorty, R. 1971. Verificationism and transcendental arguments. *Noûs* 5: 3-14.
- Sacks, M. 2005. The nature of transcendental arguments. *International journal of philosophical studies* 13: 439-60.
- Stern, R. 1999. (ed.) *Transcendental arguments: Problems and prospects*. Oxford: Oxford University Press.
- Stern, R. 2000. *Transcendental arguments: Answering the question of justification*. Oxford: Oxford University Press.
- Stern, R. 2007. Transcendental arguments: A plea for modesty. *Grazer philosophische Studien* 47: 143-61. Reprinted in *Philosophical knowledge: Its possibility and scope*, ed. by C. Beyer & A. Burri. Amsterdam: Rodopi.
- Strawson, P. F. 1959. *Individuals: An essay in descriptive metaphysics*. London: Methuen.
- Strawson, P. F. 1985. *Skepticism and naturalism: Some varieties*. London: Methuen.
- Stroud, B. 1968. Transcendental arguments. *Journal of Philosophy* 65: 241-56.
- Stroud, B. 1984. *The Significance of Philosophical Skepticism*. New York: The Clarendon Press, Oxford University Press.
- Stroud, B. 1994. Kantian Argument, Conceptual Capacities, and Invulnerability. In *Kant and Contemporary Epistemology*, ed. by Paolo Parrini. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Stroud, B. 1999. The Goal of Transcendental Arguments. In *Transcendental Arguments: Problems and Prospects*, ed. by Robert Stern. Oxford: Oxford University Press.
- Westphal, K. 2003. Epistemic Reflection and Transcendental Proof. In *Strawson and Kant*, ed. by Hans-Johann Glock. Oxford: Oxford University Press.